



INFÂNCIAS: NECESSÁRIAS ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DOS CADERNOS PAGU

Andrea Braga Moruzzi¹

Das infâncias

Discutir infância num evento que aborda gênero, pelo viés das diversidades, lança o desafio de tentar problematizar a uniformidade e a universalidade com que tem sido tratada e produzida a sexualidade das crianças, por meio de relações de gênero, estabelecidas sob o viés da binaridade e da heteronormatividade. A opção por tratar da infância no plural está conjugada a este desafio. Entende-se que diferentes crianças habitam diferentes infâncias, abrindo a possibilidade interpretativa, bem como afirmativa da diversidade e da diferença².

Por outro lado, percebe-se que as crianças estão inseridas em contextos sociais e históricos nos quais suas sexualidades já recebem demarcações dos gêneros masculinos e femininos desde a mais tenra idade. Se por Foucault (1977) entendemos que a sexualidade é um *dispositivo* de controle por meio do qual a sociedade atua, formando e produzindo o indivíduo numa determinada direção, por Butler (2003) entendemos que não há uma sexualidade fora da cultura, ou em outras palavras, o sexo já nasce gênero, sendo este masculino ou feminino.

Há, entre infância e gênero, uma relação de complementaridade e, ao mesmo tempo, soberana em contradições. Sabe-se que a história das crianças é marcada pelo reconhecimento de suas especificidades, a partir do que se convencionou chamar de “sentimento de infância” (ARIÉS, 1981). A primeira contradição é que, se por um lado este sentimento proporcionou a diferenciação entre o mundo adulto e mundo infantil, o que em partes trouxe alguns benefícios para as crianças, por outro, assim o fez por meio de uma relação hierárquica que colocava a criança em situação inferior a do adulto. A criança era vista como incapaz, frágil, um sujeito em desenvolvimento e que, portanto, ainda não o é; um sujeito a ser corrigido, educado, para se tornar “Homem”³.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, SP. Doutoranda em Educação, UFSCar. Orientadora: Prof. Dra Anete Abramowicz. Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Email para contato: deamoruzzi@yahoo.com.br

² Entende-se existe uma vasta discussão que toma os conceitos diversidade e diferença como distintos ou mesmo opostos. Não é o intuito deste artigo esclarecer tal problemática, contudo, tal como Silvério (2005, p.87. in: ABRAMOWICZ, Anete e SILVERIO, Valter, (orgs). *Afirmando diferenças – montando o quebra cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2005) parto do pressuposto que a diversidade pode significar “variedade, diferença, e multiplicidade”

³ Ariés (1981) aponta que na modernidade, essa concepção é oriunda dos jesuítas.



Submersos numa sociedade androcêntrica e adultocêntrica, mulheres e crianças ficam às margens e se complementam. Na história da infância e do reconhecimento das necessidades e especificidades das crianças, são as mulheres quem assumem o posto, a responsabilidade e a luta pela igualdade de direitos.

Se mulheres e crianças vivem a margem dessa sociedade e se complementam nas suas reivindicações⁴, e se os estudos de gênero são marcados pelas reivindicações feministas pelo direito a igualdade e também pela diferença, problematizando as relações de gênero produzidas historicamente, era de se esperar que, a educação das crianças, majoritariamente realizada por mulheres, fosse direcionada por concepções que estimassem e produzissem os valores por elas divulgados. Poderíamos então pensar que a educação das crianças tivesse como pressuposto a formação de “infâncias”. Contudo, aí está outra contradição. Estudos revelam que mulheres informam e produzem as crianças na direção de concepções de gênero binaristas e hierarquizadas. Dito de outra forma, mulheres professoras ou mães são também responsáveis por disseminar desigualdades entre meninos e meninas e por fazerem fortalecer as mesmas concepções androcêntricas e adultocêntricas das quais foram “vítimas”⁵.

Dessa forma é possível entender que, na sociedade moderna o sentimento de infância, baseado numa visão adultocêntrica, norteou ações para que as crianças fossem vigiadas, corrigidas e educadas e, a estrutura que permite a manutenção desse “projeto” é a familiar, sob o viés da heteronormatividade. Em suma, por essa lógica as crianças sempre serão produzidas na direção de uma infância.

Essas problemáticas motivam o presente artigo, levando ao seguinte questionamento: É possível falar em relações de gênero no mundo infantil, entre as crianças, e na produção de suas infâncias de modo a contemplar a diversidade? De que maneira a articulação entre infância, gênero e sexualidade tem sido feita? Procurando delimitar o campo desta pesquisa, foi realizado um levantamento dos artigos presentes na revista *Cadernos Pagu* entre os anos de 2000 a 2008, buscando localizar as palavras chaves infância(s), criança(s), jardim de infância, maternal, educação infantil e pequena infância, que poderiam estar presentes nos resumos ou nos títulos dos trabalhos. Os textos encontrados estavam inseridos em temáticas bastante diversas, tais como, a identidade sexual de crianças hermafroditas (MACHADO, 2005), pedofilia (FELIPE, 2006), processos de

⁴ As crianças nem sempre são autoras de suas reivindicações. Em geral, as mulheres assumem este posto a partir do que julgam necessário e conveniente. Não que as crianças não reclamem, não manifestem suas insatisfações ou infelicidades, mas nem sempre são escutadas e nem sempre falam como escutam os adultos. Neste sentido, as mulheres assumem importante papel em defesa pelos direitos das crianças.

⁵ Essa expressão é problematizada por alguns autores, conforme será apresentado no decorrer deste trabalho.



adoção de crianças e relações com gênero (VIEIRA, 2006), trabalho infantil (SARTORI, 2006), violência sexual contra crianças na mídia (LANDINI, 2006), relações de gênero entre empregadas domésticas e seus empregadores (BRITES, 2007), estudos sobre o programa bolsa escola, sobre a família e a mulher (KLEIN, 2007), entre outros. Nesse sentido, sentiu-se uma dificuldade em estabelecer uma relação entre os textos de tal forma a responder as proposições manifestas no presente artigo. No intuito de proporcionar uma análise mais uniforme, selecionou-se para esta discussão os artigos que, de alguma forma tratavam da infância e das questões de gênero em um mesmo campo teórico (como a educação) ou que pudessem trazer à tona exemplificações e debates esclarecedores deste mesmo campo. Os artigos que continham as palavras chaves acima mencionadas e ainda as expressões gênero ou sexualidade em seus títulos estão inseridos nesta seleção, discutida no trecho a seguir⁶.

Evidências das diferenças e das produções de gênero

O estudo de Carvalho (2004) tem o objetivo de problematizar o fracasso escolar de crianças a partir de uma relação que articula gênero e raça. A autora procura evidenciar que, entre as crianças que “fracassam”, os meninos negros estão em maior número. A partir desta constatação Carvalho (2004) procura entender os processos intra-escolares que têm conduzido um maior número de meninos negros, do que meninos brancos, meninas negras ou do que meninas brancas, a obter classificações que contribuem para “seu fracasso” escolar.

O texto irá discutir o que é raça na conjectura sociológica e afirmar que essa categoria não é somente atribuída pelas características fenotípicas de uma pessoa, mas pela regionalidade, pela classe social, hábitos e costumes. Ser embranquecido ou enegrecido tem a ver com a aquisição de certa condição social.

Ao longo de sua pesquisa, a autora procura perceber o que as professoras consideravam fundamental ao avaliar seus alunos e alunas, como faziam estas avaliações e, em que medida suas percepções em torno do que é masculino ou feminino e suas percepções em torno das relações

⁶ A partir do levantamento feito nos cadernos Pagu, é possível perceber uma crescente, ainda que sutil, preocupação com o tema da infância articulado do gênero. Os primeiros artigos encontrados datam de 2004 e o volume de maior representação sobre o tema é de 2006, sendo este um dossiê especial chamado *Repensando a Infância* (v.26, 2006). Para distribuir melhor a discussão posta nos artigos encontrados, irei dividi-los em duas modalidades: a primeira diz respeito aos artigos que tratam de pensar a produção dos gêneros masculinos e femininos nas crianças a partir de jogos de gênero, de brincadeiras e ambientes de socialização das crianças como é o da escola. Estes, trazem, de forma geral, análises empíricas, relatando *evidências das diferenças e das produções dos gêneros*. A segunda modalidade não trata especificamente do campo da educação, mas traz, em alguns casos, pesquisas empíricas em outros ambientes que não os escolares; estes artigos contribuem mais especificamente no sentido de *problematizar a sexualidade e a identidade sexual das crianças*.



raciais, interferiam em seus julgamentos. O desempenho escolar e o comportamento das crianças são alguns dos critérios utilizados; o que se percebe, contudo, é que, nestes, estão presentes julgamentos de ordem raciais e de gênero de professoras e brancas. Dessa forma, a referência do que vem a ser o bom comportamento está associada a aspectos subjetivos e emocionais das professoras brancas, que trazem em si evidências da construção das diferenças de gênero e raça (CARVALHO, 2004, p.274).

Os meninos negros, ao serem identificados como fracassados, vêem se fechar algumas possibilidades de se realizarem diante de um certo padrão de masculinidade⁷ e de terem um certo tipo de poder ligado ao sucesso acadêmico. Alguns jovens, principalmente provenientes de famílias de baixa renda, podem reagir, buscando outras formas de poder e status na escola, muitas vezes associando-se a posturas “*anti-escolares*”, a atividades esportivas e de valorização da força física, agressividade e “*conquistas heterossexuais*” (p.279). Dessa forma, a escola pode estar contribuindo para que meninos negros assumam posturas associadas a essa masculinidade, em que impera o uso do poder, força física, agressividade e mesmo violência (p. 281).

Souza (2006) irá problematizar as diferenças de gênero na escola a partir da concepção de que as meninas não são “vítimas passivas” dos meninos nesse jogo de poder que se estabelece, mas são acima de tudo, “*agentes na construção de si mesmas como portadoras de uma ‘identidade feminina’*” (p.175). Para a autora, há movimentos e expressões “*ocultas*” (currículo oculto) dentro da escola que produzem identidades de gênero a partir do controle dos corpos, *corporificando* o gênero desde a infância sob o aspecto de *naturalidade*. (p. 178).

Segundo a autora, há diferentes marcadores sociais das diferenças na escola e esses marcadores não agem isoladamente. Desse modo, há marcadores raciais, mas que agem em conjunto com a posição social dos alunos; há marcadores de gênero, mas que também agem junto com classe social, religião ou capital cultural dentro do contexto escolar. Dito de outra forma, aspectos como, estética europeizada (privilegio das crianças brancas, loiras, olhos claros), corpo (magro, esbelto), masculinidades (gostar de futebol, ter uma namorada, conviver com outros meninos) e feminilidade (ter boas notas, ser boazinha, educada, gentil, se vestir sensualmente), ou ainda o desempenho escolar, são alguns dos fatores que colocam as crianças da escola em situações menos ou mais privilegiadas. Desse modo, para a autora é difícil definir um único marcador social

⁷ O estudo de Carvalho (2004) revela que nos ambientes escolares os meninos que namoram as meninas mais bonitas e mais inteligentes ganham um status importante de masculinidade. Contudo, estas meninas namoram, com mais frequência os meninos que possuem os mesmos atributos de “inteligência” e bom desempenho escolar. Ao serem identificados como fracassados, meninos negros ficam à margem dessa possibilidade.



da diferença na escola, pois eles dependem da configuração e do contexto em que estão inseridas as crianças, a escola, os professores, etc.

Em relação às diferenças de gênero, Souza (2006) evidencia que na escola, a única representatividade sobre gênero que as crianças têm é a da reprodutividade. O repúdio aos casais homossexuais é justificado nesse sentido. O não questionamento sobre as formas de se relacionar, o ocultamento, ou mesmo, a exposição de casais homossexuais por meio de fotos (como ocorreu na escola pesquisada pela autora) é colocado como algo inevitável, mas bastante estranho a todos ali presentes. Souza (2006) sugere uma ignorância proposital sobre esses aspectos entendendo que esta *“(...) corresponde à ignorância dos processos de construção social da heteronormatividade”* (p.197).

A partir dessas referências sobre gênero, percebe-se que a criança na pedagogia já está marcada por uma série de estigmatizações, já tem uma raça, um gênero, um corpo ideal, um comportamento ideal, um desenvolvimento ideal. Não retribuindo a essas expectativas, a criança fica marcada, é o corpo marcado daquilo que não se deve ser para as outras crianças. Nas palavras da autora *“(...) a “criança” de qualquer pedagogia já está, ao mesmo tempo, codificada como uma criança generificada [gendered], sexuada e racializada. Nesse sentido, a “criança” se torna um dos constructos mais normalizados e regulados da educação”* (p.199).

Ribeiro (2006) irá apontar como essas construções sociais, como estas diferenças e estas corporificações do gênero são assumidas, e ao mesmo tempo, reproduzidas pelas crianças por meio das brincadeiras de “meninos” e “meninas”. Nesse sentido, constata que as meninas aprendem e reproduzem entre si que não podem “andar”⁸ ou brincar com meninos, pois as brincadeiras delas são “incompatíveis” com as brincadeiras deles. Os meninos aprendem a se distanciarem das meninas por meio de estigmatizações que, se assim fizerem, são chamados de “boiolas”, “viados” ou “osados” (p.154). Estimula-se neles um comportamento que ostenta a sexualidade, a virilidade e a demonstração constante de masculinidade, esta relacionada à força física, a não passividade diante das meninas e ao controle das emoções (não chorar, não se afetar pelas meninas, não se deixar dominar por elas). Por outro lado, estimula-se nas meninas comportamentos que representam a feminilidade, como por exemplo, a passividade diante dos meninos, a meiguice, a ajuda nas tarefas domésticas e especialmente, um comportamento negativo diante da sexualidade.

Ribeiro (2006) constata que entre as próprias crianças, portanto, ser homem e ser mulher está relacionado não somente com o aparato anatômico-fisiológico, mas com concepções sociais,

⁸ No sentido de estar junto.



muitas aprendidas na família e no sistema das relações em que vivem. A categoria homem e mulher, neste caso, menino e menina, envolvem atributos sociais e simbólicos, como poder fazer certas coisas, exercer legitimamente a sexualidade e assumir comportamentos dentro de uma determinada ordem.

Cruz e Carvalho (2006) complementam essa discussão ao problematizarem as relações de conflito que se estabelecem entre as crianças meninas e meninos. Existe para as autoras uma sexualidade, uma curiosidade e um interesse de aproximação entre os gêneros, mas que, diante das construções feitas a partir de uma lógica de separação entre meninos e meninas, produzem relações que inicialmente chamam de “sociabilidade de conflito”. Empurrões, xingamentos e comportamentos hostis entre meninos e meninas podem simbolizar um processo de aproximação, um chamamento para uma brincadeira, irritar o outro (a) para que este (a) reaja às provocações e algum contato entre eles possa ser feito. Nesse contexto, brincar e bater expressam significados parecidos nas relações de gênero entre as crianças, mas, por outro lado, as autoras ressaltam a possibilidade dessa agressividade se tornar violência, quando existe uma intencionalidade destrutiva por alguma das partes envolvidas (CRUZ e CARVALHO, 2006, p.216).

Cruz e Carvalho (2006, p.130) apresentam a idéia de “*momento transicional*”, no qual o conflito pode ser levado como brincadeira ou como briga “de verdade”, ocasionando possibilidades de aproximação ou distanciamento entre meninas e meninos. Existe neste sentido, uma forte atuação do elemento lúdico - quando uma criança é provocada (por brincadeira) ela pode fingir que a briga é séria e também entrar na brincadeira, ou pode não aceitar essa aproximação e criar uma briga de verdade (p.133). Essa incerteza presente nas relações de gênero entre as crianças é concebida aqui como um “Jogo” (p.133).

As autoras problematizam até que ponto a agressividade entre meninos e meninas (sob o viés do conflito de aproximação) deve ser combatida ou problematizada pela escola e educadoras, uma vez que essa agressividade é resultado da relação de oposição e de bi-polaridade entre os significados de gêneros postos por toda sociedade (p.142).

Minella (2006), tomando como referência uma revisão da literatura sobre gênero e infância, evidencia que uma grande quantidade de trabalhos faz essa discussão do ponto de vista empírico, ilustrando em contextos escolares as evidências das diferenças e das produções dos gêneros, e ressalta, por outro lado, a raridade de trabalhos que tomam esse tema do ponto de vista analítico e teórico. Em seu estudo, procura preencher essa lacuna, trazendo uma análise teórica de textos históricos e sociológicos procurando compreender “(...) *quais os aspectos do cotidiano infantil*



considerados relevantes por esses estudos e o que “dizem” e/ou “deixam de dizer” sobre as hierarquias de gênero?”(p.292).

De fato, é possível perceber pelos trabalhos evidenciados no presente artigo que, a maior parte deles registram esse aspecto empírico. Não que não estejam acompanhados de uma revisão e de uma discussão teórica, mas possuem como objeto de análise a realidade empírica. Neste contexto, me pareceu difícil trazer elementos que tratam das relações de gênero no mundo infantil sob o viés da diversidade, uma vez que os trabalhos se configuram em torno de denúncias ou mesmo relatos de vivências dessas diferenças de gênero. Além disso, boa parte dos textos entende essa diferença como produtora da desigualdade, evidenciando um aspecto negativo de sua expressão, e já existem inflexões epistemológicas nesse sentido, realizada por diferentes autores⁹.

Uma hipótese provisória neste artigo é que as análises teóricas podem trazer mais subsídios para pensar infância e gênero no viés da diferença e que os estudos que problematizam a bipolaridade dos gêneros são bastante significativos para configurar essa temática¹⁰, conforme trago no item seguinte.

Para problematizar a sexualidade e a identidade sexual das crianças

O artigo de Felipe (2006) traz aspectos interessantes sobre a infância e a pedofilia, evidenciando a forma contraditória pela qual a própria noção de infância é apresentada na sociedade. Por um lado, o viés de proteção coloca sobre as crianças um véu de intocável, de inocência e de inexistência sexual. Por outro, a sociedade se utiliza das imagens das crianças e de suas infâncias como artefatos para produção e veiculação da sexualidade; as crianças são, na expressão da autora, “*objetos de espetáculo e de consumo*” (p.203).

Tecnologias atuais (dentre elas computador e internet) produzem um certo borramento de fronteiras entre o mundo adulto e o mundo infantil, por vezes, produzindo entre adultos e crianças a possibilidade de experimentações em torno do desejo e do prazer sexual. Segundo Felipe (2006) é nesse campo que a prática de pedofilia encontra lugar de exercício, divulgação e expansão. Contudo, a pretensão de classificar ou pré-determinar quem são os pedófilos muitas vezes caem no equívoco de considerar que tal prática ocorre somente entre homens e, em maior medida, por meio de relações homossexuais com meninos mais jovens. Essas classificações, em geral, pré-

⁹ Autores que tomam a diferença como positividade: Michel Foucault, Gilles Deleuze, e brasileiros contemporâneos como Anete Abramowicz, Richard Miskolci, entre outros.

¹⁰ Não estou afirmando neste sentido que as pesquisas empíricas não são importantes e tão pouco dizendo que nas vivências cotidianas, as crianças não subvertem a lógica heteronormativa, contudo, dos trabalhos encontrados, poucos foram as menções sobre uma possível resistência ou um possível escape das crianças a essa lógica.



determinam comportamentos e/ou estereótipos para os sujeitos pedófilos não condizentes com a realidade que envolve as práticas de abuso e violência sexual contra as crianças. Felipe (2006) alerta que a prática de pedofilia é, de modo geral, uma relação que envolve ameaça, chantagem, medo, ou em outras palavras, uma relação de poder.

Além de problematizar a contradição da infância por meio de um conceito que a autora chama de “pedofilização” (FELIPE, 2006, p. 216), este texto representa uma reflexão em torno do padrão heterossexual e de uma certa perseguição¹¹ para com os homossexuais, postos por essa sociedade como os grandes vilões e causadores da violência e do abuso sexual contra as crianças, não eximindo, de forma alguma, a dramaticidade deste problema.

Machado (2005) traz algumas reflexões interessantes sobre a identidade sexual de crianças, tendo como objeto de análise a intervenção médica e familiar sobre o sexo de crianças hermafroditas. A autora analisa quais são os elementos que atuam na escolha do sexo da criança quando esta irá passar por alguma intervenção cirúrgica, que tornará seu sexo “normal” ou “natural” (p.253). Estes elementos são geralmente precedidos da visão que se tem sobre a anatomia do sexo da criança (corpo) e sobre a visibilidade ou invisibilidade de sua sexualidade (se possui elementos da masculinidade ou da feminilidade). Segundo Machado (2005), os médicos são treinados para identificarem os corpos e os sexos que estão dentro da normalidade e a partir daí, os sexos patológicos, e intervirem na “correção” do sexo das crianças intersex, a partir de uma aproximação deste com o “natural”. Em outras palavras, existe a percepção de que o sexo já habita o corpo e a função dos médicos é encontrarem a verdade sobre este corpo, as “profundezas” de seu sexo.

Entre as diferentes expressões de sexo das crianças intersex e as possíveis intervenções cirúrgicas, estão em jogo elementos *estéticos* e *funcionais*. Para o sexo feminino são levados em conta, por exemplo, a capacidade reprodutiva e a construção de uma vagina que possa ser penetrada e que sinta prazer (o que requer a manutenção do clitóris); para o sexo masculino, são levados em conta o tamanho e a capacidade erétil do pênis, a capacidade de sentir prazer (associada a ejaculação), de penetrar numa vagina, a capacidade reprodutiva e a *capacidade de urinar em pé* (p. 273). Por fim, as escolhas e a reconstrução do “sexo normal” são imbuídos de valores e percepções sociais e culturais a respeito da identidade sexual das crianças, ainda na mais tenra idade, de tal forma que, estes corpos intersex, são, segundo a autora, “emblemáticos”, pois “(...) *desafiam o sistema binário de sexo e de gênero, bem como escrutinam, em diferentes esferas sociais, os critérios utilizados para que alguém possa ser considerado homem ou mulher* (p.269)”.

¹¹ Expressão utilizada por mim e não pela autora.



Considerações Finais

Este texto procurou trabalhar na perspectiva da pluralidade da infância, simbolizada aqui pela expressão infâncias, a partir de algumas discussões que articulam esta noção ao gênero. Evidenciou-se que a temática infância e gênero possui uma complementaridade, e ao mesmo tempo, constitui-se de inúmeras contradições. Por perceber que, majoritariamente estas relações dirigem-se por um padrão adultocêntrico e androcêntrico, este trabalho questionou se é possível falar de gênero no mundo infantil de modo a contemplar a diversidade. A partir do levantamento feito nas revistas *Cadernos Pagu*, conclui-se provisoriamente que, apesar das experiências cotidianas expressarem uma resistência das crianças em relação aos padrões de gênero e suas intervenções criativas nesse âmbito, a maior parte das pesquisas empíricas tratam de demonstrar, evidenciar e denunciar a produção das diferenças e dos gêneros, o que nos faz pensar a infância no singular. Por outro lado, acredita-se que as pesquisas que investem em análises teóricas e/ou trazem discussões em torno da bipolaridade dos gêneros tendem a proporcionar uma outra visão sobre o tema, ampliando as possibilidades de pensar infâncias a partir da existência de gêneros não exclusivamente masculinos ou femininos.

Referências:

ARIÉS, Philippe. *Historia social da criança e da família*. LTC, 1981.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007:91-109. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, M. P. de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu* (22) 2004: p.247-290. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

CRUZ, T. M e CARVALHO, M. P. de. Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: p.113-143. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: p.201-223. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. 1 - A vontade de saber. 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 1977.



KLEIN, C. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007:339-364. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

LANDINI, T. S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.225-252. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp.249-281. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

MINELLA, L. S. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: p.289-327. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

RIBEIRO J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: p.145-168. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

SARTORI, E. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu* (26) janeiro-junho de 2006: pp.253-278. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

SILVERIO, V. A reconfiguração nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, Anete e SILVERIO, Valter, (orgs). *Afirmando diferenças – montando o quebra cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papiurus, 2005, p. 87-108.

SOUZA, É. R.de. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.169-199. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.

VIEIRA, J. M. Era uma vez... Esta pode ser a sua história. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.59-85. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> acesso: março de 2010.